



SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

CONFIRA O SEU CADERNO

01. Este caderno de provas contém questões de múltipla escolha dispostas em ordem numérica, com apenas uma alternativa correta.
02. Confira seu caderno quando o Fiscal de Sala autorizar, pois não lhe será entregue outro, exceto no caso do item 3.
03. Se houver falhas: *folhas em branco, páginas trocadas, falta de questão, má impressão, levante o braço*. O Fiscal de Sala trocará seu caderno.
04. Confira se o caderno de questões corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

INSTRUÇÕES E CUIDADOS NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

01. Confira cuidadosamente seus dados na Folha de Respostas, assine-a, e comunique ao Fiscal de Sala em caso de alguma divergência, não faça qualquer alteração em sua folha.
02. Use caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
03. As Folhas de Respostas preenchidas a lápis, não serão aceitas.
04. Preencha todos os espaços corretamente, a Leitora Óptica é sensível a marcas escuras.
05. Ao terminar, verifique se todas as respostas foram marcadas, mais de uma resposta marcada ou rasurada, invalidará a questão.
06. Leia atentamente as instruções na Folha de Respostas.
07. Valem, exclusivamente, as respostas corretamente assinaladas na Folha de Respostas.

ATENÇÃO:

01. Use para rascunho as partes em branco do caderno.
02. Não será permitido qualquer outro material sobre a carteira, que não seja o da prova.

Como preencher:

ASSIM

	A	B	C	D	E
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

nº Insc. _____

Nome por extenso _____

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

Este gabarito será destacado somente pelo Fiscal de Sala no momento da entrega da Prova

01	11	21	31	41	51	61	71	81	91	101	111
02	12	22	32	42	52	62	72	82	92	102	112
03	13	23	33	43	53	63	73	83	93	103	113
04	14	24	34	44	54	64	74	84	94	104	114
05	15	25	35	45	55	65	75	85	95	105	115
06	16	26	36	46	56	66	76	86	96	106	116
07	17	27	37	47	57	67	77	87	97	107	117
08	18	28	38	48	58	68	78	88	98	108	118
09	19	29	39	49	59	69	79	89	99	109	119
10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120

Os candidatos aprovados poderão obter o CERTIFICADO DE APROVAÇÃO deste concurso no site www.conseps.com.br mediante pagamento de taxa. O envio será feito após a homologação do resultado.

PROCURADOR JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. São princípios que regem a Administração Pública, expressamente, previstos na Constituição Federal, com exceção do contido em uma alternativa. Aponte-a.

- (A) Impessoalidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Publicidade.
- (D) Eficiência.
- (E) Proporcionalidade.

02. O controle interno que a Administração exerce sobre os seus próprios atos consubstancia o princípio da

- (A) Controladoria.
- (B) Legalidade.
- (C) Autotutela.
- (D) Razoabilidade.
- (E) Interesse público.

03. É modalidade de Licitação, salvo o contido em uma das alternativas a seguir. Assinale-a.

- (A) Concurso.
- (B) Leilão.
- (C) Pregão.
- (D) Menor preço.
- (E) Concorrência.

04. Para efeitos da Lei 8.666/93, a contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada, denomina-se

- (A) empreitada integral.
- (B) tarefa.
- (C) projeto básico.
- (D) empreitada por preço unitário.
- (E) empreitada por preço global.

05. "É entendido como a exigência de atuação leal e coerente do Estado, proibindo comportamentos administrativos contraditórios."

No âmbito do Direito Administrativo, esse princípio ganhou notoriedade no caso conhecido como

- (A) Viúva Negra.
- (B) Viúva de Berlim.
- (C) Assassinato do Mordomo.
- (D) Aresto Blanco.
- (E) Tribunal de Nuremberg.

06. Para a corrente clássica, são requisitos do ato administrativo:

- I. competência.
- II. objeto.
- III. forma.
- IV. motivo.
- V. finalidade.

Os requisitos do ato administrativo estão corretamente contidos em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) IV e V, apenas.
- (E) I e V, apenas.

07. Em se tratando de Contrato Administrativo, julgue as seguintes proposições.

- I. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- II. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- III. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- IV. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- V. Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

A única proposição incorreta está contida em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

08. No que tange à responsabilidade do Estado, analise as afirmativas apresentadas.

- I. A teoria da irresponsabilidade estatal foi superada em 8 de fevereiro de 1873, no caso conhecido como Aresto Blanco.
- II. A teoria da responsabilidade subjetiva teve vigência entre 1874 até 1946, apoiada na noção de culpa.
- III. A teoria da responsabilidade objetiva afasta a necessidade de comprovação de culpa ou dolo do agente público e fundamenta o dever de indenizar na noção de risco administrativo.

É correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

09. A Constituição Federal, ao disciplinar que as pessoas jurídicas responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, adotou expressamente a teoria de

- (A) Otto Gierke.
- (B) Otto Jellinek.
- (C) John MacLennan.
- (D) John Bachofen.
- (E) Otto von Bismark.

10. "São pessoas jurídicas de direito público interno, pertencentes à Administração Pública indireta, criadas por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública."

O texto acima remete ao conceito de

- (A) Empresa Pública.
- (B) Sociedade de Economia Mista.
- (C) Associação.
- (D) Autarquia.
- (E) Fundação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Considere as afirmações a seguir.

- I. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

- II. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- III. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
- IV. Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.
- V. Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é dispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.

Estão corretas as afirmações contidas, APENAS, em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) IV e V.

12. Avalie as assertivas propostas.

- I. Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.
- II. As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, não poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- III. Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho dentro do prazo, se a providência couber: I. ao autor, o juiz decretará a extinção do processo; II. ao réu, reputar-se-á revel; III. ao terceiro, será condenado por litigância de má-fé.
- IV. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a dez por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- V. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável até outros 15 (quinze), por despacho do juiz.

Estão corretas as assertivas contidas em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I e V, apenas.

13. Considere os itens apresentados.

- I. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.
- II. O adquirente ou o cessionário poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, independentemente de autorização da parte contrária.
- III. O adquirente ou o cessionário poderá intervir no processo, assistindo o alienante ou o cedente.
- IV. A sentença, proferida entre as partes originárias, estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.
- V. A parte, que revogar o mandato outorgado ao seu advogado, no mesmo ato constituirá outro que assumo o patrocínio da causa.

Estão corretos, APENAS, os itens

- (A) I, III, IV e V.
- (B) I, II, III e V.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III, IV e V.

14. Sobre Litisconsórcio, aponte a assertiva incorreta.

- (A) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- (B) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
- (C) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação, no entanto, não interrompe o prazo para resposta.
- (D) Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- (E) O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.

15. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença, poderá

- (A) nomear a autoria.
- (B) denunciar a lide.
- (C) oferecer oposição.
- (D) chamar ao processo.
- (E) oferecer embargos.

16. São sujeitos passivos na execução:

- I. o devedor, reconhecido como tal no título executivo.
- II. o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor.
- III. o novo devedor, que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo.
- IV. o fiador judicial.
- V. o responsável tributário, assim definido na legislação própria.

Estão corretos os itens

- (A) I e V, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I, II, III e IV, apenas.

17. Avalie as assertivas a seguir.

- I. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.
- II. Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- III. Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
- IV. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo. Contudo, o juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave

dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

- V. A concessão de efeito suspensivo impede a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.

A assertiva incorreta está contida, APENAS, em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

18. Ficam sujeitos à execução, os bens:

- I. do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.
- II. do sócio, nos termos da lei.
- III. do devedor, salvo quando em poder de terceiros.
- IV. do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.
- V. alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.

O único item incorreto está contido em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

19. São absolutamente impenhoráveis:

- I. os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.
- II. os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida.
- III. os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.
- IV. os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.
- V. até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.

Está incorreto, APENAS, o item

- (A) V.
- (B) IV.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

20. Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre:

- I. falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia.
- II. inexigibilidade do título.
- III. ilegitimidade das partes.
- IV. cumulação indevida de execuções.
- V. excesso de execução.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) III e V, apenas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Quanto à forma, uma constituição pode ser classificada como:

- (A) dogmática e histórica.

- (B) escrita e não escrita.
- (C) material e formal.
- (D) analítica e concisa.
- (E) balanço e dirigente.

22. "A constituição, sob o enfoque sociológico, é um reflexo das relações de poder vigentes em determinada comunidade política."

Esse conceito é atribuído a

- (A) Ferdinand Lassalle.
- (B) José Afonso da Silva.
- (C) Adrian Sgarbi.
- (D) Hans Kelsen.
- (E) Carl Schmidt

23. Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, segundo a clássica teoria de José Afonso da Silva, analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas de eficácia plena têm aplicabilidade imediata.
- II. As normas de eficácia contida têm aplicabilidade direta e imediata, mas sujeitas a certas restrições.
- III. As normas de eficácia limitada têm aplicabilidade reduzida. São as definidoras de princípios institutivos e as definidoras de princípios programáticos.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

24. Nos que concerne aos elementos da constituição, pode-se afirmar que os "*elementos formais de aplicabilidade*"

- (A) buscam a solução dos conflitos constitucionais, a defesa da constituição, do estado e das instituições democráticas.
- (B) preveem regras de aplicação para as normas constitucionais.
- (C) tratam da estrutura do estado e dos poderes.
- (D) instituem o rol de direitos e garantias fundamentais.
- (E) visam o bem-estar social.

25. É considerado precursor dos estudos sobre o poder constituinte, o

- (A) John MacLennan.
- (B) Otto von Gierk.
- (C) Otto von Bismark.
- (D) Joseph Sieyès.
- (E) Hans Kelsen.

26. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, exceto:

- (A) a dignidade da pessoa humana.
- (B) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) o pluralismo político.
- (E) a cidadania.

27. Os empréstimos compulsórios, de competência dos entes políticos (União, Estados e DF), para o atendimento das situações previamente descritas na CF/88, devem ser instituídos mediante:

- I. Lei Ordinária.
- II. Lei Delegada.
- III. Medida Provisória.
- IV. Lei Complementar.
- V. Portaria.

Estão incorretos os itens contidos em

- (A) III e V apenas.

- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

28. Acerca do controle de constitucionalidade, o controle difuso, realizado por qualquer juiz ou tribunal, teve origem

- (A) nos EUA.
- (B) na Áustria.
- (C) na Alemanha.
- (D) na França.
- (E) em Portugal.

29. Não estão sujeitos nem à anterioridade do exercício financeiro nem à anterioridade nonagesimal, os seguintes impostos. Considere-os.

- I. Imposto de importação.
- II. Imposto de exportação.
- III. Imposto sobre operação financeira.
- IV. Impostos extraordinários de guerra.
- V. Empréstimo compulsório para o atendimento de guerra ou calamidade pública.

Estão corretos os itens

- (A) III e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

30. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, salvo:

- (A) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) independência nacional.

CONHECIMENTOS GERAIS ESPECÍFICOS

31. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro

- (A) decai em três anos.
- (B) prescreve em três anos.
- (C) decai em dois anos.
- (D) prescreve em quatro anos.
- (E) decai em cinco anos.

32. Para efeitos didáticos, o Código Civil disciplina como "*bens considerados em si mesmos*", os bens, exceto:

- (A) móveis e imóveis.
- (B) fungíveis e consumíveis.
- (C) divisíveis e indivisíveis.
- (D) singulares e coletivos.
- (E) principal e acessório.

33. Acerca do direito das obrigações, analise as proposições seguintes.

- I. A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- II. Antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo se por força maior ou caso fortuito.

- III. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- IV. Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- V. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

A única proposição incorreta está contida em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

34. Sobre direito obrigacional, analise as assertivas a seguir.

- I. Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- II. Se um dos credores remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente.
- III. Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.
- IV. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
- V. A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos credores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.

Está incorreta, APENAS, a assertiva contida em

- (A) V.
- (B) IV.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

35. Analise as proposições abaixo.

- I. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- IV. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- V. O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

As proposições corretas estão contidas em

- (A) IV e V, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I, II, III e IV, apenas.

36. No que tange ao direito empresarial, analise as seguintes assertivas.

- I. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- II. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.
- III. Na sociedade em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- IV. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- V. A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.

A única assertiva incorreta está contida em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

37. Sobre o direito das coisas, analise as proposições a seguir.

- I. É justa a posse se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- II. É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- III. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- IV. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- V. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.

Estão corretas, APENAS, as proposições contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I e II.
- (E) IV e V.

38. São direitos reais:

- I. a concessão de direito real de uso.
- II. a concessão de uso especial para fins de moradia.
- III. a anticrese.
- IV. a hipoteca.
- V. o direito do promitente comprador do imóvel.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) IV e V, apenas.

39. No que corresponde ao direito de família, considere estas afirmativas.

- I. O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioria civil.

- II. Não podem casar os afins em linha reta.
- III. Não devem casar a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dezoito meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
- IV. As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins.

Está incorreto, APENAS, o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) I e II.

40. Em matéria de direito penal, julgue os itens apresentados.

- I. A omissão é penalmente irrelevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- II. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- III. É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, ainda que o erro derive de culpa e o fato seja punível como crime culposos.
- IV. O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- V. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Estão corretos os itens contidos em

- (A) II, IV e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) IV e V, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

41. De acordo com o Código Tributário, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em último lugar,

- (A) a analogia.
- (B) os princípios gerais de direito tributário.
- (C) os princípios gerais de direito público.
- (D) os princípios gerais de direito privado.
- (E) a equidade.

42. Em matéria de direito processual penal, analise as proposições abaixo.

- I. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- II. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- III. Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.
- IV. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- V. Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.

Estão corretas as proposições contidas em

- (A) III e V, apenas.
- (B) I, II, e III, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I e II, apenas.

43. Em matéria tributária, analise as proposições apresentadas.

- I. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- II. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- III. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- IV. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, salvo quando se tratar de ato não definitivamente julgado que deixe de defini-lo como infração.
- V. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.
- VI. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

A única proposição incorreta está contida em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V e VI.

44. Extingue o crédito tributário, exceto:

- I. a conversão de depósito em renda.
- II. a isenção.
- III. a prescrição e a decadência.
- IV. a compensação.
- V. a transação.

A exceção, a que se refere o enunciado acima, está contida, APENAS, no item

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

45. Acerca do direito do consumidor, analise as afirmações a seguir.

- I. Decai em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- II. Tratando-se de vício oculto, o prazo prescricional inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- III. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação prescreve em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- IV. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação prescreve em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- V. Inicia-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

É incorreto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) IV, apenas.

- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

46. No que tange ao direito do consumidor, são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- I. impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.
- II. subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos em lei.
- III. transfiram responsabilidades a terceiros.
- IV. estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.
- V. estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.

Estão incorretos os itens contidos em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I e II, apenas.
- (E) IV e V, apenas.

47. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I. multa.
- II. apreensão do produto.
- III. inutilização do produto.
- IV. cassação do registro do produto junto ao órgão competente.
- V. proibição de fabricação do produto.

Os itens corretos estão contidos em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e V, apenas.

48. Não cabe ação civil pública para veicular pretensão que envolva:

- (A) patrimônio social.
- (B) o meio ambiente.
- (C) bens e direitos de valor artístico.
- (D) contribuições previdenciárias.
- (E) infração da ordem econômica.

49. Nos termos do Estatuto da Cidade, considere as afirmativas a seguir.

- I. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.
- II. O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.
- III. A concessão do direito de superfície não poderá ser onerosa.
- IV. O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo.
- V. Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

É incorreto, APENAS, o contido em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

50. A recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público, constitui crime punido com

- (A) reclusão, apenas.
- (B) reclusão e multa.
- (C) detenção e multa.
- (D) detenção ou multa.
- (E) multa, apenas.

51. Ao Município compete privativamente:

- I. legislar sobre assuntos de interesse local.
- II. suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
- III. elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.
- IV. criar, organizar e suprimir Distritos, garantida a participação popular.
- V. organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico dos seus servidores.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) III e V, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

52. No Município de Bauru, "*prover sobre a extinção de incêndios*" é competência

- (A) solidária.
- (B) concorrente.
- (C) privativa.
- (D) exclusiva.
- (E) subsidiária.

53. No município de Bauru, os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma,

- (A) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes.
- (B) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa com finalidade de lucro, que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer atividade remunerada.
- (C) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum" nas entidades especificadas pela Lei Orgânica.
- (D) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a Lei Orgânica.
- (E) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo, salvo as exceções legais.

54. As alterações no Estatuto dos Servidores Municipais de Bauru dependem do voto favorável dos membros da Câmara Municipal, em

- (A) maioria absoluta.
- (B) maioria simples.
- (C) maioria qualificada.
- (D) maioria de bancada simples.
- (E) maioria de bancada qualificada.

55. A Lei Orgânica do Município de Bauru poderá ser emendada mediante proposta da população, subscrita, no mínimo, por:

- (A) um por cento do eleitorado do Município.
- (B) dois por cento do eleitorado do Município.
- (C) três por cento do eleitorado do Município.
- (D) quatro por cento do eleitorado do Município.
- (E) cinco por cento do eleitorado do Município.

56. No Município de Bauru, fazer publicar os atos oficiais, compete,

- (A) privativamente, ao Prefeito.
- (B) concorrentemente, ao Prefeito e à Câmara.
- (C) concorrentemente, ao Prefeito e às entidades autárquicas.
- (D) privativamente, à Câmara.
- (E) privativamente, ao órgão de onde emanou o ato.

57. No Município de Bauru, o projeto de lei orçamentária anual deverá ser encaminhado à Câmara Municipal até:

- (A) o dia 30 de junho de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (B) o dia 30 de abril de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (C) o dia 30 de outubro de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (D) o dia 30 de setembro de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (E) o dia 30 de maio de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

58. No Município de Bauru, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice constituem

- (A) Linha de ação da assistência social.
- (B) Diretriz da assistência social.
- (C) Princípio da assistência social.
- (D) Objetivo da assistência social.
- (E) Fundamento da assistência social.

59. Com base na Lei Orgânica do Município de Bauru, analise as assertivas abaixo.

- I. É vedada a destinação de recursos públicos, na área da saúde para as instituições privadas, salvo as filantrópicas.
- II. É vedada a nomeação ou a designação, para cargo ou função de chefia ou assessoramento na área de saúde, de pessoa que participe da administração de entidades contratadas ou conveniadas com o Sistema Único de Saúde, ou seja, por ele credenciadas.
- III. A instalação ou extinção de serviços de saúde, conveniados ou não, deverá ser discutida e aprovada no âmbito do colegiado do Sistema Unificado de Saúde, levando-se em consideração a demanda, a cobertura, a distribuição geográfica, o grau de complexidade e a articulação no sistema.
- IV. A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- V. Os recursos destinados à assistência social integrarão o Fundo Municipal de Assistência Social, que será criado por lei e gerido com participação comunitária.

Estão corretas as assertivas contidas em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

60. De acordo com o Estatuto da OAB, a censura é aplicável nos casos de

- (A) violar, sem justa causa, sigilo profissional.
- (B) solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta.
- (C) receber valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização do constituinte.
- (D) locupletar-se, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou interposta pessoa.
- (E) recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele.

